CANTU IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

CANTU IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis

Tel.: + 55 43 3064-1580
Fax: + 55 43 3064-1527
www.bdo.com.br

Av. Ayrton Senna, 500 – 3º Andar,
Gleba Palhano – Londrina, PR
Brasil 86050-460

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Diretoria e Conselho de Administração da
Cantu Importação e Exportação Ltda.
Pato Branco - PR

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Cantu Importação e Exportação Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cantu Importação e Exportação Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais incluem informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins comparativos. Os exames das demonstrações contábeis individuais em 31 de dezembro de 2024 foram conduzidos sob nossa responsabilidade e a emissão do relatório ocorreu em 17 de junho de 2025.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma Empresa limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

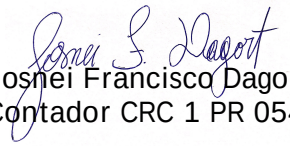
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Londrina, 11 de junho de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 PR 006853/F-9



Josnei Francisco Dagort
Contador CRC 1 PR 054116/O-8

Cantu Importação e Exportação Ltda.

Balanços patrimoniais levantados em 31 Dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	10.520	10.302
Contas a receber de clientes	9	79.209	69.567
Estoques	10	23.171	24.841
Impostos a recuperar	11.a	3.001	3.559
Adiantamentos a fornecedores	12	14.272	11.679
Outras contas a receber		1.931	1.772
Despesas antecipadas		3	-
		132.108	**121.720**
Ativo não circulante			
Impostos a recuperar	11.b	32.488	1.244
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.c	7.618	7.787
Contas a receber de clientes	9	-	-
Investimentos		373	198
Imobilizado	13	61.608	46.941
Intangível	15	3.130	3.143
Arrendamentos	14	1.860	2.572
		107.076	**61.885**
Total do ativo		**239.184**	**183.605**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cantu Importação e Exportação Ltda.
Balanços patrimoniais levantados em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	2025	2024
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	53.155	13.734
Fornecedores	16	92.506	91.215
Impostos e contribuições a recolher	21	2.259	2.075
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		4.893	5.808
Arrendamentos a pagar curto prazo	14	539	**663**
Adiantamentos de clientes	18	22.130	963
Outras contas a pagar		521	408
		176.003	**114.866**
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	47.227	53.143
Fornecedores	16	-	-
Provisão para contingência	20	562	-
Arrendamentos a pagar LP	14	1.628	2.252
Obrigações trabalhistas e previdenciárias LP		-	-
Impostos e contribuições a recolher	21	1.177	1.547
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.309	1.390
		51.903	**58.332**
Patrimônio líquido			
Capital social	22.a	24.987	24.987
Subvenção para investimento		960	960
Reserva de Lucros		247	247
Ajustes de avaliação patrimonial		2.848	3.004
Prejuizos acumulados	22.b	(17.764)	(18.790)
Total do patrimônio líquido		**11.278**	**10.408**
Total do passivo		**239.184**	**183.605**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cantu Importação e Exportação Ltda.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	23	661.456	693.734
Custo das vendas	24	(497.454)	(552.044)
Lucro bruto		**164.002**	**141.690**
Margem Liquida		25%	20%
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas de vendas	24	(62.501)	(55.805)
Despesas administrativas e gerais	24	(80.021)	(72.208)
Outras receitas operacionais, líquidas		2.556	705
Resultado antes das despesas financeiras líquidas, depreciação e impostos		**24.036**	**14.382**
Receitas financeiras	25	1.372	893
Despesas financeiras	25	(25.857)	(20.921)
Variação cambial, líquida	25	1.778	(4.423)
Despesas financeiras, líquidas		**(22.707)**	**(24.451)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**1.329**	**(10.068)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(369)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(89)	3.314
Resultado do exercício		**871**	**(6.755)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cantu Importação e Exportação Ltda.

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Resultado do exercício	871	(6.755)
Outros resultados abrangentes	(155)	(155)
Resultado abrangente total	716	(6.910)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cantu Importação e Exportação Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

				Reservas de Lucros		
	Notas	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Subvenção	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**24.892**	**3.158**	**960**	**(12.067)**	**16.943**
Capital social	22.a		-	-		-
Incorporação	1	95	-	125		220
Realização de custo atribuído		-	(155)	-	155	-
Reserva de retenção de lucros	23.b			123	(123)	-
Resultado do exercício		-	-	-	(6.755)	(6.755)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**24.987**	**3.003**	**1.208**	**(18.790)**	**10.408**
Capital social	22.a	-	-	-		-
Incorporação	1	-	-	-		-
Realização de custo atribuído		-	(155)	-	155	-
Reserva de retenção de lucros	23.b			-	-	-
Resultado do exercício		-	-	-	871	871
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**24.987**	**2.848**	**1.208**	**(17.764)**	**11.278**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cantu Importação e Exportação Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		871	(6.755)
Ajustes para:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(89)	3.314
Depreciação e amortização		4.618	5.179
Baixa do ativo imobilizado e investimentos		1.676	687
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa		618	296
Constituição de provisão para férias e encargos		-	347
Desreconhecimento de juros		-	-
Juros apropriados sobre empréstimos		2.739	2.731
Juros sobre arrendamentos		244	185
Provisão para Contingência		562	(4.006)
Resultado de equivalência patrimonial negativa		-	-
		11.239	1.978
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(9.683)	(6.451)
Estoques		(1.670)	7.132
Impostos a recuperar		(558)	877
Imposto de renda e contribuição social diferidos		**(81)**	**(80)**
Adiantamentos a fornecedores		(2.593)	(12.218)
Outras contas a receber		(159)	(538)
Despesas antecipadas		(3)	(2)
Fornecedores		(1.743)	12.392
Impostos e contribuiçoes a recolher		(184)	(1.257)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(1.285)	(1.523)
Adiantamentos de clientes		18.236	311
Outras conta a pagar		(113)	12
Fluxos de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais		11.403	633
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Adições em ativo imobilizado e intangível		(27.776)	(10.218)
Investimentos		(175)	-
Fluxos de caixa líquidos utiilizados nas atividades de investimento		**(27.951)**	**(10.218)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		-	95
Empréstimos e financiamentos captados		121.624	69.162
Pagamento principal		(86.301)	(45.935)
Pagamento de juros		(18.557)	(7.482)
Fluxos de caixa líquidos gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		16.766	15.840
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		218	6.255
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	8	10.302	4.047
No fim do exercício	8	10.520	10.302
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa		218	6.255

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Cantu Importação e Exportação Ltda. ("Empresa") tem por objeto social o comércio atacadista de frutas, verduras, legumes e cereais, importação e exportação de frutas, verduras, legumes, cereais e produtos alimentícios naturais e enlatados; fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito; fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos; importação e comércio atacadista de bebidas alcoólicas, refrigerantes e água mineral; transporte rodoviário de cargas; beneficiamento de frutas e verduras; comércio atacadista de farinha, amido e féculas; comércio atacadista de sementes, flores, plantas e grama; comércio atacadista de embalagens em geral, de qualquer material; prestação de serviço de depósito de mercadorias para terceiros; prestação de serviços de carga e descargas; em 2025 adicionou as atividades de comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo, representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves, comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos.

a) Continuidade das operações

Para o exercício de 2025, a Administração da empresa manterá seu foco na continuidade do crescimento sustentável das operações, buscando fortalecer sua atuação no mercado por meio da ampliação da carteira de clientes, desenvolvimento de novas parcerias comerciais e identificação de oportunidades estratégicas alinhadas ao seu segmento de atuação.

A empresa pretende intensificar ações voltadas à melhoria contínua de seus processos internos, investimentos em tecnologia, otimização operacional e aperfeiçoamento da gestão administrativa e financeira, visando maior eficiência, competitividade e segurança na condução de suas atividades.

Além disso, permanecerá acompanhando de forma constante as alterações nos cenários econômico, tributário e regulatório, especialmente diante das mudanças relacionadas à reforma tributária e demais atualizações legislativas que possam impactar direta ou indiretamente suas operações, adotando medidas preventivas e estratégicas para assegurar conformidade e sustentabilidade dos negócios.

A expectativa para 2026 é de manutenção da estabilidade operacional, fortalecimento da presença da empresa em mercados já consolidados e prospecção de novos mercados e oportunidades comerciais, sempre pautada pela responsabilidade, qualidade dos serviços prestados e geração de resultados consistentes.

A Administração acredita que, mesmo diante dos desafios econômicos e das constantes transformações do ambiente empresarial, a empresa seguirá comprometida com seus objetivos estratégicos, buscando crescimento gradual, solidez financeira e valorização de suas relações comerciais, mantendo uma postura prudente e alinhada às demandas do mercado.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Empresa em 11 de junho de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas na Nota Explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 09 - Contas a receber de clientes (mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda);
- Nota Explicativa nº 10 - Estoques (provisão para perdas em estoques);
- Nota Explicativa nº 11 - Imposto de renda e contribuição social diferidos (reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota Explicativa nº 13 - Imobilizado (valor residual, vida útil e teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação ao valor residual, vida útil e valores recuperáveis);
- Nota Explicativa nº 20 - Provisão para contingências (reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota Explicativa nº 27 - Instrumentos financeiros (mensuração do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros).

b) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis aplicáveis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.
Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

6. Principais políticas contábeis materiais

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto conforme descrito na Nota Explicativa nº 7.

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b) Caixa e equivalentes a caixa

Incluem os saldos em caixa e contas-correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Contas a receber de clientes e provisão para perdas esperadas

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa.

A provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios e as premissas utilizados pela Administração, bem como a movimentação da provisão, estão descritos na Nota Explicativa nº 09 - Contas a receber de clientes.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de preço médio e inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições atuais. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores líquidos de realização.

O valor líquido de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

e) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo reduzido do valor residual estimado para o bem. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Descrição	Vida útil
Edifícios e benfeitorias	25 anos
Imóveis	25 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de computação	5 anos
Máquinas, instalações e equipamentos	10 anos
Instalações comerciais	10 anos
Outras imobilizações	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja apropriado.

f) Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Softwares e demais intangíveis

Possuem vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

(iii) Amortização

Os softwares e demais intangíveis são amortizados utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas dos intangíveis são as seguintes:

Descrição	Vida útil
Softwares	05 anos
Licenciamento e uso de sistema	05 anos

g) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Empresa não fornece benefícios de longo prazo a seus empregados.

h) Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não há saldo de ativos financeiros a valor justo.

Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, esses ativos estão basicamente representados pelo saldo de contas a receber de clientes.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros designados ao seu valor justo em seu reconhecimento inicial (fair value option):

O IAS 39 permite que uma entidade designe um passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado em seu reconhecimento inicial, quando:

A aplicação do fair value option reduz ou elimina um descasamento contábil que ocorreria caso a mensuração dos ativos e passivos financeiros fosse realizado em separado com bases diferentes;

Um grupo de ativos e/ou passivos financeiros é gerido conjuntamente e seu desempenho é medido com base nos valores justos, de acordo com as políticas e estratégias de gestão de riscos e investimentos.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não há saldos desta categoria reconhecidos na Empresa.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, são representados pelos saldos demonstrados na rubrica de empréstimos e financiamentos.

Passivos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual A Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Política aplicável

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Empresa mensura a provisão para perda de crédito esperada para 12 meses conforme descrito abaixo:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa referente as contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias;
- A Empresa considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”;

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro;
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

k) Receita de vendas

Venda de bens

As receitas provenientes de vendas de produtos são reconhecidas quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Empresa espera ter direito em troca desses bens. As obrigações de desempenho são satisfeitas em momento específico no tempo. A Empresa não realiza vendas com envolvimento gerencial continuado. As vendas da Empresa são, em sua maioria, para clientes atacadistas ou distribuidores, em menor volume, para revendedores varejistas.
O momento específico no tempo em que o direito legal assim como os riscos e benefícios são substancialmente transferidos para o cliente é determinado da seguinte forma:

(i) Para contratos em que a Empresa é responsável pelo frete e seguro, o direito legal, bem como os riscos e benefícios, são transferidos ao cliente quando o risco da mercadoria é entregue no destino combinado contratualmente;
(ii) Para contratos em que o frete e o seguro são de responsabilidade do cliente, os riscos e benefícios são transferidos quando os produtos são entregues à transportadora do cliente.

l) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, rendimento de aplicações financeiras, juros sobre carteira de recebíveis e ganhos com variação cambial. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos, descontos concedidos e perdas com variação cambial.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.
Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

n) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja Nota Explicativa nº 4(b)).

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

o) Mensuração da equivalência patrimonial

MEP ou método de equivalência patrimonial, é o método pelo qual inicialmente o investimento em coligada ou controlada, é reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado em decorrência das variações ocorridas na participação do investidor.

Para utilização deste método requer-se a influência significativa do investidor, a qual é evidenciada pelos itens abaixo, mas não se restringem a eles:

(i) Controle sobre a investida;
(ii) Participa dos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre distribuição de dividendos e outras destinações;
(iii) Tem evidenciação de operações com mercadorias e serviços entre o investidor e investida (coligada ou controlada);
(iv) Possui intercâmbio de diretores ou gerentes.

Os critérios e políticas contábeis da investida e investido são as mesmas, não gerando necessidade de ajustes conforme prevê a norma.

p) Arrendamentos

A partir de 1º de janeiro de 2019 a Empresa adotou o pronunciamento contábil CPC 06 (R2) – Arrendamentos, que estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, substituindo as normas anteriores de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O pronunciamento busca determinar se um contrato contém um acordo de arrendamento ou se é um contrato de serviços. Caracterizado o arrendamento, este é registrado no ativo e devidamente amortizado, em contra partida também são registrados os passivos oriundos da operação.

7. Mudanças em políticas contábeis

7.1. Alteração de normas novas que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro 2025

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Entidade, a saber:

a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
c) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

d) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública Divulgações permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

Atualmente, a Empresa está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Empresa avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. A Empresa não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

Atualmente, a Entidade está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Entidade espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

Impactos da reforma tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- Imposto sobre Bens e Serviços (IBS): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

8. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2025	2024
Caixa e depósitos à vista	5.329	3.151
Aplicações financeiras **(i)**	5.191	7.151
Total	**10.520**	**10.302**

(i) As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) remunerados em média à taxa de 100% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) (105% do CDI em 2024). As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxo de caixa.

Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam aplicações financeiras dadas como garantias aos empréstimos e financiamentos.

9. Contas a receber de clientes

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2025	2024
Contas a receber no País	67.143	58.158
Contas a receber no Exterior	10.995	11.945
Outras contas a receber – partes relacionadas – Nota explicativa nº 19	1.595	607
(-) Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa **(i)**	(524)	(1.143)
Total	**79.209**	**69.567**

Circulante	79.209	69.567
Não circulante	-	-
Total	**79.209**	**69.567**

(i) A provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é constituída pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos recebíveis. A Administração não espera perdas na realização das duplicatas a receber na data do balanço, além dos valores já contabilizados, em perdas.

(ii) A Empresa optou pelo não reconhecimento do ajuste a valor presente sobre o montante total das contas a receber em 31 de dezembro de 2025, tendo em vista o prazo médio de recebimento, 45 dias.

As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por idade de vencimento nos exercícios findos em 2025 e 2024:

	2025	2024
A vencer no país	77.200	67.244
Vencidos até 30 dias	546	833
Vencidos de 31 a 90 dias	118	662
Vencidos de 91 a 180 dias	280	201
Vencidos de 181 a 360 dias	50	278
Acima de 360 dias	(56)	885
Total	**78.138**	**70.103**

Partes relacionadas	1.595	607
(-) Provisão PECLD **(i)**	(524)	(1.143)

Total	**79.209**	**69.567**

A movimentação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com clientes esta demonstrada a seguir:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	(1.143)	(847)
Reversão da provisão	1.143	847
Provisão constituída	(524)	(1.143)
Total	(524)	(1.143)

Ajuste a valor presente

A Administração da Empresa optou pelo não reconhecimento do ajuste a valor presente sobre o montante total das contas a receber em 31 de dezembro de 2025, tendo em vista o prazo de realização.

Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, existiam duplicatas dadas como garantias aos empréstimos e financiamentos, conforme Nota Explicativa nº 17, no montante de R$ 23.451, em operações de garantia caução, em 31 de dezembro de 2025.

10. Estoques

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2025	**2024**
Mercadorias para revenda	12.344	11.854
Produto acabado	686	741
Embalagens e outros	10.141	12.246
Total	**23.171**	**24.841**

A Administração da Empresa entende não ser necessário o registro de provisão para perdas em estoques, pois tem como estimativa que os seus estoques sejam realizados em um período inferior a 30 dias.

Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam estoques dados como garantias aos empréstimos e financiamentos.

11. Impostos a recuperar e diferidos

a) Impostos a recuperar

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2025	2024
Cofins (i)	25.178	1.473
PIS (i)	5.967	403
ICMS	1.524	800
ICMS sobre aquisições de ativo imobilizado	1.979	1.242
IPI	695	739
Imposto de renda e contribuição social	69	146
Outros impostos	77	-
Total	35.489	4.803
Circulante	3.001	3.559
Não circulante	32.488	1.244
Total	35.489	4.803

(i) Em 2020, a Empresa iniciou processo de compensação cruzada de impostos federais, através da Lei nº 13.670/2018, combinada com a instrução normativa RFB nº 1717, de 17 de julho de 2017 e alterações.

(ii) A Empresa optou pelo não reconhecimento do ajuste a valor presente sobre o montante total dos Impostos a recuperar em 31 de dezembro de 2025, pois entende que as compensações dos impostos no ano de 2026 estão seguindo um ciclo normal; geração de créditos são formalizados a cada trimestre, sendo que o ajuste a valor presente não se faz necessário.

(iii) O saldo referente a PIS e COFINS, se refere a revisão tributário para PIS e COFINS, realizado em 2025, que estão em pedido de PERD Restituição.

b) Reconciliação da alíquota efetiva

A despesa de imposto de renda e contribuição social são calculadas com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 mil para imposto de renda e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A aplicação de tais alíquotas leva em consideração o regime tributário de lucro real.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 podem ser conciliadas com lucro contábil, como segue:

	2025	2024
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	1.329	(10.068)
Adições permanentes	324	557
Exclusões permanentes (i)	-	-
Lucro (prejuízo) fiscal antes nas compensações de prejuízos	1.653	(9.614)
(-) Compensação de prejuízos de períodos anteriores	(496)	-
Lucro (prejuízo) fiscal	1.157	(9.614)
Taxa nominal combinada 25% de IRPJ e 9% CSLL	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(369)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(89)	3.349
Total Imposto de Renda e Contribuição Social	(458)	3.349
Alíquota efetiva	39,57%	-34,83%

c) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem:

Imposto de renda e contribuição social diferido ativo

	2025	2024
Ativo não Circulante		
Prejuízo fiscal base negativa	22.406	23.004
Alíquota nominal	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferido ativo	7.618	7.787

A Administração considera que os impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que deram origem, combinadas com a geração de lucros tributários futuros.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

A Administração tem como política a revisão periódica dessas premissas e, se necessário, fará os ajustes nos valores dos créditos tributários contabilizados para refletir de maneira mais adequada a sua respectiva realização. Conforme estudo elaborado pela administração da Empresa, os lucros tributáveis e o imposto diferido apropriados nos exercícios.

A administração da Empresa pretende fazer uso dos benefícios da Lei nº 12.973/14, para compensar os benefícios de ICMS repassados a preço.

A manutenção dos saldos de IRPJ e CSLL ativos, também são objetivos da administração para eventual REFIS, ou eventual uso em caso de projetos de reestruturação, ou ainda serem consumidos pela atividade.

12. Adiantamentos a fornecedores

O saldo é composto por:

	2025	2024
Adiantamento a fornecedores nacionais (i)	2.345	2.687
Adiantamento a fornecedores partes relacionadas – Nota Explicativa nº 18(ii)	11.415	8.257
Adiantamento a fornecedores internacionais	512	735
Total	14.272	11.679

(i) Antecipações referente a negociações pontuais com fornecedores para obtenção de preços melhores e estabilidade no fornecimento de mercadorias.

(ii) O saldo atualmente registrado como obrigação da controlada perante a controladora está previsto para ser objeto de integralização mediante conferência de bem imóvel, registrado na Cantu Holding.O referido bem corresponde ao Centro de Distribuição localizado em Governador Celso Ramos (SC), o qual, embora juridicamente vinculado à holding, é utilizado operacionalmente nas atividades da Companhia (Cantu).Destaca-se que a implementação dessa operação encontra-se, neste momento, condicionada à definição final da Tese 1.348, em trâmite nos Tribunais Superiores, a qual trata da incidência de ITBI sobre operações de integralização de capital com bens imóveis. Dessa forma, a Companhia optou por manter o saldo intercompany sem liquidação imediata, aguardando a consolidação do entendimento jurídico acerca do tema, a fim de: Avaliar adequadamente os impactos tributários (ITBI);Mitigar riscos de autuação ou interpretação fiscal divergente; Garantir a adoção do tratamento mais aderente à legislação vigente e à jurisprudência consolidada.

13. Imobilizado

a) Composição do saldo

	Saldo em 2024	Movimentação em 2025			Saldo em 2025
	Custo	Adições	Transferencias	Baixa	Custo
Terrenos	503	82		(30)	555
Edifícios e benfeitorias	9.881	158			10.039
Imóveis (ii)	17.575	16			17.591
Veículos	17.266	22.347		(7.752)	31.861
Móveis e utensílios	608	91			699
Equipamentos de informática	1.991	319		(40)	2.271
Máquinas, instalações e equipamentos	15.297	4.357		(681)	18.973
Instalações comerciais	520	18			538
Outras imobilizações	1.388	283			1.671
Construções em andamento	236	105			340
Total	65.266	27.776	-	(8.503)	84.539

	Saldo em 2023	Movimentação em 2023			Saldo em 2024
	Custo	Adições	Transferencias	Baixa	Custo
Terrenos	503				503
Edifícios e benfeitorias	9.812	69	-	-	9.881
Imóveis (ii)	16.034	44	1.497		17.575
Veículos	15.998	2.127		(859)	17.266
Móveis e utensílios	477	131			608
Equipamentos de informática	1.767	224			1.991
Máquinas, instalações e equipamentos	9.317	6.201		(221)	15.297
Instalações comerciais	504	16			520
Outras imobilizações	1.063	325			1.388
Construções em andamento	652	1.080	(1.497)		236
Total	56.128	10.218	-	(1.080)	65.266

b) Movimentação do custo

	2025			2024
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	555	-	555	503
Edifícios e benfeitorias	10.039	(2.980)	7.059	2.321
Imóveis	17.591	(4.170)	13.421	18.558
Veículos	31.861	(8.318)	23.543	11.367
Móveis e utensílios	699	(214)	485	377
Equipamentos de informática	2.271	(1.563)	707	645
Máquinas, instalações e equipamentos	18.973	(5.236)	13.737	6.926
Instalações comerciais	538	(291)	246	316
Outras imobilizações	1.671	(158)	1.513	1.041
Construções em Andamento	340	-	340	652
Total	84.539	(22.931)	61.608	42.705

	2024			2023
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	503		503	503
Edifícios e benfeitorias	9.881	(2.802)	7.079	2.321
Imóveis	17.575	(3.232)	14.343	18.558
Veículos	17.266	(6.968)	10.298	11.367
Móveis e utensílios	608	(150)	459	377
Equipamentos de informática	1.991	(1.326)	665	645
Máquinas, instalações e equipamentos	15.297	(3.528)	11.770	6.926
Instalações comerciais	520	(239)	281	316
Outras imobilizações	1.388	(80)	1.308	1.041
Construções em Andamento	236	-	236	652
Total	65.266	(18.325)	46.941	42.705

c) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2024	Movimentação		Saldo em 2025
	Depreciação	Adições	Baixa	Depreciação
Edifícios e benfeitorias	(2.802)	(178)	-	(2.980)
Imóveis	(3.232)	(938)		(4.170)
Veículos	(6.968)	(3.021)	1.670	(8.318)
Móveis e utensílios	(150)	(64)		(214)
Equipamentos de informática	(1.326)	(243)	6	(1.563)
Máquinas, instalações e equipamentos	(3.528)	(1.757)	49	(5.236)
Instalações comerciais	(239)	(52)		(291)
Outras imobilizações	(80)	(78)		(158)
Total	(18.325)	(6.330)	1.724	(22.931)

	Saldo em 2023	Movimentação		Saldo em 2024
	Depreciação	Adições	Baixa	Depreciação
Edifícios e benfeitorias	(2.630)	(172)		(2.802)
Imóveis	(2.337)	(895)		(3.232)
Veículos	(4.630)	(2.730)	393	(6.968)
Móveis e utensílios	(101)	(49)		(150)
Equipamentos de informática	(1.120)	(207)		(1.326)
Máquinas, instalações e equipamentos	(2.393)	(1.135)		(3.528)
Instalações comerciais	(188)	(51)		(239)
Outras imobilizações	(24)	(56)		(80)
Total	(13.423)	(5.294)	393	(18.325)

Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, sendo que a Empresa não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de impairment.

Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam ativos imobilizados dados como garantias aos empréstimos e financiamentos.

14. Arrendamentos

A empresa arrenda imóveis para funcionamento de centro de distribuição e unidades comerciais. Esses arrendamentos normalmente duram de um a cinco anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços anualmente ou índice nacional de preços ao consumidor.

As informações sobre arrendamentos para os quais a empresa é o arrendatária são apresentadas abaixo:

a) Composição do direito de uso

	2024	Movimentação do Custo		2025
Ativos de direito de uso	Custo	Adições	Amortizações Acumuladas	Custo
Imóvel do tipo Barracão _ CD Cascavel_PR	149	-	(149)	-
Imóvel do tipo Barracão _ CD Osasco_SP	2.423	-	(563)	1.860
Total	2.572	-	(712)	1.860

	2023	Movimentação do Custo		2024
Ativos de direito de uso	Custo	Adições	Amortizações Acumuladas	Custo
Imóvel do tipo Barracão _ CD Cascavel_PR	140	299	(290)	149
Imóvel do tipo Barracão _ CD Osasco_SP	-	2.692	(269)	2.423
Total	140	2.991	(559)	2.572

b) Saldos passivos do direito de uso

		Movimentação				
	2024	2025				
Passivos de arrendamento	Saldo	Adições	AVP	Pagamentos	Ajuste	Saldo
Imóvel do tipo Barracão _ CD Cascavel_PR	493	-	(7)	(183)	(303)	-
Imóvel do tipo Barracão _ CD Osasco_SP	2.422	-	(237)	(497)	479	2.167
Total	2.915	-	(244)	(680)	176	2.167

	2023	Movimentação			2024
Passivos de arrendamento	Saldo	Adições	AVP	Pagamentos	Saldo
Imóvel do tipo Barracão _ CD Cascavel_PR	379	299	(12)	(173)	492
Imóvel do tipo Barracão _ CD Osasco_SP	-	2.692	(146)	(124)	2.422
Total	379	2.991	(158)	(296,9)	2.915

	2025	2024
Passivo Circulante	539	663
Passivo Não Circulante	1.628	2.252
Total	2.167	2.915

15. Intangível

a) Composição do saldo

	Saldo em 2024	**Movimentação em 2025**	**Saldo em 2025**		
	Custo	**Adições**	**Transferencias**	**Baixa**	**Custo**
Fundo de comércio	3.047	-		-	3047
Licenciamento e uso de sistemas	1.333	-			1333
Direitos Comerciais	60	-			60
Total	4.440	-	-	-	4.440

	Saldo em 2023	Movimentação em 2023			Saldo em 2024
	Custo	Adições	Transferências	Baixa	Custo
Fundo de comércio	3.047	-		-	3.047
Licenciamento e uso de sistemas	1.321	12			1.333
Direitos Comerciais	60	-			60
Total	4.428	12	-	-	4.440

b) Movimentação do custo

	Saldo em 2024	Movimentação	Saldo em 2025	
	Amortização	Adições	Baixa	Amortização
Fundo de comércio	-	-	-	-
Licenciamento e uso de sistemas	(1.297)	(13)	-	(1.310)
Direitos Comerciais	-	-	-	-
Total	(1.297)	(13)	-	(1.310)

	2024			2023
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Fundo de comércio	3.047	-	3.047	3.047
Licenciamento e uso de sistemas	1.333	(1.297)	36	1.321
Direitos Comerciais	60	-	60	60
Total	4.440	(1.297)	3.143	4.428

c) Movimentação da amortização

	Saldo em 2024	**Movimentação em 2025**	**Saldo em 2025**		
	Custo	**Amortização**		**Liquido**	**Liquido**
Fundo de comércio	3.047	-		3.047	3.047
Licenciamento e uso de sistemas	1.333	-1310		23	36
Direitos Comerciais	60	-		60	60
Total	4.440	(1.310)		3.130	4.428

	Saldo em 2023	Movimentação		Saldo em 2024
	Amortização	Adições	Baixa	Amortização
Fundo de comércio	-	-	-	-
Licenciamento e uso de sistemas	(1.223)	(74)	-	(1.297)
Direitos Comerciais	-	-	-	-
Total	(1.223)	(74)	-	(1.297)

Em 2023, a empresa adquiriu direitos de Fundo de Comércio, para comercialização do produto Banana, que não tinha permissão de comercialização por acordo com o detentor dos direitos.

Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 04 - Ativo Intangível, sendo que a Empresa não identificou a necessidade de alterar as taxas de amortizações/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

O ativo intangível tem seu valor recuperável analisado no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração não identificou indicadores de que o ativo intangível poderia apresentar problemas de impairment.

16. Fornecedores

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2025	2024
Fornecedores nacionais (i)	65.724	58.015
Fornecedores nacionais - Partes relacionadas (veja Nota Explicativa nº 19)	52	142
Fornecedores internacionais	26.731	33.058
Total	92.506	91.215

(i) Fornecedores nacionais, operações com terceiros.
(ii) Fornecedores nacionais com partes relacionadas, conforme nota explicativa nº 19.

As contas a pagar para fornecedores têm a seguinte composição por idade de vencimento no exercício findo em 2025:

	2025	2024
A vencer no país	71.926	82.694
Vencidos até 30 dias	8.739	5.998
Vencidos de 31 a 90 dias	4.368	1.813
Vencidos de 91 a 180 dias	311	207
Vencidos acima de 181 dias	7.162	503
Total	92.506	91.215

Fornecedores convênio – operação de risco sacado

A Empresa não possui convênio com as instituições financeiras para operação de risco sacado junto a seus fornecedores.

Durante o exercício de 2025 não houve operações, e portanto, a Empresa não recebeu comissionamento nesta modalidade de convênio.

17. Empréstimos e financiamentos

O saldo é composto pelos seguintes valores:

Em moeda nacional

Modalidade	**Juros (i)**	**2025**	**2024**
Capital de giro	12.40% a.a	78.294	49.670
FINEP	5,58% a.a	11.787	11.779
Fundo Garantidor (FGI)	13,44 a.a	-	785
Capital de giro	6,00% + CDI	-	2.100
Finame **(ii)**	6,13% a.a	2.167	2.357
Financeiamento (alienação fiduciaria)	11,75% a.a	2.262	186
Duplicatas descontadas		5.871	-
Total		**100.381**	**66.877**

Circulante	53.155	13.734
Não circulante	47.227	53.143

(i) A taxa informada representa a média ponderada das taxas dos contratos vigentes em 2025.
(ii) Duplicatas descontadas junto a FIDIC, em 2025 a empresa criou FIDIC próprio dos sócios para operar com operações com direito de regresso.

Finame

Financiamento de longo prazo para aquisição e produção de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, incluindo veículos de carga.

Finimp

São operações de crédito destinadas ao financiamento de importações de produtos e serviços. Possuem uma série de vantagens para o importador.

Capital de Giro

Empréstimos para financiar o crescimento de faturamento, permitindo folego para as atividades que carecem de financiamento, a exemplo da Industria de conservas. Também, é passível de esclarecimento que parte dos valores, ainda são reflexos da cisão do Grupo ocorrida em 2017, com a assunção de dívidas.

Financiamento

Modalidade adquirida por cessão de bens ocorrida em 2025, se referem a veículos para transporte de cargas.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 pode ser assim demonstrada:

	2025		
	Circulante	**Não circulante**	**Total**
Saldo no início do exercício	**13.734**	**53.143**	**66.877**
Contas garantias			
Captação (i)	121.624	-	**121.624**
Encargos financeiros	920	-	**920**
Transferências	5.917	(5.917)	**-**
Amortização – principal	(86.301)	-	**(86.301)**
Amortização - juros e variações	(2.739)	-	**(2.739)**
Saldo no final do exercício	**53.155**	**47.226**	**100.381**

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2025	**2024**
2027	20.372	14.212
2028	14.910	11.796
2029	7.492	7.454
2030	2.004	1.619
2031	1.958	1.619
2032	491	1.619
2033	-	810
Total	**47.227**	**39.129**

a) Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, notas promissórias, duplicatas e aval dos sócios quotistas.

A empresa se responsabiliza pelo pontual pagamento dos títulos, obrigando-se ao pagamento do principal, juros e multa, bem como demais encargos relativos a cada direito de crédito (vide Nota Explicativa nº 9).

Em 31 de dezembro de 2025, não existiam quaisquer inadimplências nas operações firmadas junto as instituições financeiras.

Modalidade	Instituição	Garantia
Capital de giro	Banco Safra S. A	20.975
Finame	Banco Itau S.A	5
CCB - Capital de Giro	Caixa Econômica Federal	2.471
Total		**23.451**

b) Compromissos ("*covenants*")

Os contratos de financiamentos mantidos pela Empresa junto às instituições financeiras não contêm cláusulas de compromissos (*covenants*), relacionados aos aspectos administrativos e operacionais, em 2025.

Entenda-se para a expressão covenants, obrigação de fazer da empresa em relação a instituição financeira concedente.

18. Adiantamentos de clientes

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2025	2024
Clientes nacionais (i)	22.130	361
Partes relacionadas (veja Nota Explicativa nº 19)	0	602
Total	22.130	963

(i) Em relação ao relevante aumento que teve no saldo se comparado com 2024, são adiantamentos recebidos para nova operação, mas que terão seus saldos baixados em 180 dias aproximadamente.

19. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 referem-se a transações comerciais entre as empresas do Grupo Cantu, cujas operações foram realizadas de acordo com termos e condições celebrados entre as partes. Essas operações poderiam apresentar resultados diferentes, caso fossem realizadas com terceiros.

Em 31/12/2025	Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores	Contas a pagar	Adiantamentos de clientes	Vendas	Custos
Cristal Verde Importação e Exportação Ltda.	1	647	-	-	1	1
Baru Transportes e Logística Ltda	628	2.315	51	-	9	6
Cantu Holding Participações Ltda	-	8.452	-	-	-	-
Cantu Importação e Exportação Ltda.	5	-	1	-	-	-
Hanks Alimentos Industria e Comercio Ltda.	-	1	-	-	-	
Cristal Verde Comercio de Frutas Ltda.	961	-	-	-	11.775	9.370
Total	1.595	11.415	52	-	11.785	9.376

Em 31/12/2024	Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores	Contas a pagar	Adiantamentos de clientes	Vendas	Custos
Cristal Verde Importação e Exportação Ltda.	7	-	-	-	-	-
Baru Transportes e Logística Ltda	600	273	124	-	-	-
Cantu Holding Participações Ltda		7.984	18	602	-	-
Cristal Verde Comercio de Frutas Ltda.				-	-	-
Total	607	8.257	142	602	-	-

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração é composto pelos sócios, e a remuneração destes se dá por distribuição de lucros e pró-labores, montante anual de R$ 178 em 2025 e R$ 178 em 2024. A Empresa não concede benefícios com características de longo prazo.

20. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2025 existem contingências prováveis, no montante de R$ 562, que foram provisionadas na DFP de 2025 e reclassificadas do saldo tratado em 2024.

O quadro abaixo, demonstra as ações de cunho trabalhista e cível que foram classificados pelos escritórios jurídicos como possíveis, e em seus montantes.

	Saldo em 2024	Movimentação em 2025			Saldo em 2025
		Adições	Revisão	Baixa	
Trabalhista	886	446	-489	-372	471
Civel	211	60	-181	-	90
Total	**1097**	**506**	**-670**	**-372**	**562**

21. Impostos e contribuições a recolher

O saldo é composto pelos seguintes valores:

(i) O parcelamento refere-se ao PERT que teve a sua adesão em 31/12/2017 e foram divididas em 145 parcelas no valor de R$ 29.503, com vencimentos até 2029, atualizados pela Taxa Selic;
(ii) O parcelamento simplificado e ordinário refere-se ao INSS que teve sua adesão em quatro parcelamentos, durante o exercício de 2019, atualizados pela Taxa Selic, em 2024 encerraram-se as obrigações.

	2025	2024
INSS (PERT) (i)	2.231	2.573
INSS parcelamento (ii)	-	0
ICMS a recolher	547	719
IRPJ	196	0
CSLL	113	0
IPI a recolher	-	-
Impostos das importações	-	-
Outros	350	329,6
Total	3.436	3.622

Circulante	2.259	2.075
Não circulante	1.177	1.547
Total	3.436	3.622

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R$ 24.987 (Vinte e quatro milhões, novecentos e oitenta e sete mil reais, em 2025), divididos em quotas, no valor de R$1,00 (um) real, cada uma, subscritos e integralizados.

Conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, informamos que a Empresa Controladora, Cantu Holding de Participações tem como sócios JFC PARTICIPAÇÕES LTDA com 50% e PC PARTICIPAÇÕES LTDA com 50% das quotas sociais.

b) Prejuízos acumulados e Lucros Acumulados

Nos termos dos arts. 197 e 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), aplicável de forma supletiva, quando pertinente, a Administração da Empresa propôs a destinação do saldo de lucro do exercício, no montante de R$ 871, para prejuízos acumulados, perfazendo o saldo acumulado de R$ 17.764 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 18.790 em 2024).

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Composto pela avaliação patrimonial efetuada para aplicação do custo atribuído, em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado e ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação inicial do ativo imobilizado.

23. Receita operacional líquida

A receita líquida possui a seguinte composição:

	2025	2024
Vendas Mercado Interno	745.646	778.994
Receita bruta de vendas	745.646	778.994
Devoluções e abatimentos	(66.483)	(67.335)
Impostos sobre vendas	(14.034)	(13.164)
Bonificações	(3.673)	(4.761)
Deduções da receita	(84.190)	(85.259)
Total	661.456	693.734

24. Custos e despesas por natureza

	2025	2024
Custo das mercadorias revendidas (i)	(497.454)	(552.044)
Despesas com pessoal e encargos	(43.439)	(41.690)
Fretes (ii)	(35.605)	(32.989)
Comissões sobre vendas	(9.759)	(10.331)
Combustíveis, energia elétrica e água	(2.747)	(3.342)
Manutenções e reparos	(2.829)	(2.815)
Despesas com aluguel e permissões de uso (TPRU)	(2.006)	(1.309)
Embalagens	(1.750)	(1.220)
Despesas com depreciação e amortização	(6.802)	(5.738)
Despesas com carga e descarga, armazenagem	(4.399)	(898)
Serviços prestados PJ e honorários profissionais	(14.403)	(11.836)
Acordos comerciais	(3.838)	(2.796)
Despesas com viagens	(2.143)	(1.957)
Outros custos e despesas (iii)	(12.801)	(11.093)
Total	(639.976)	680.057

(i) Os custos diminuíram 10,97% e as receitas 4,88%; essa otimização proporcionou melhor resultado operacional, em um ano, que foi necessário transportar mais volume.

(ii) O crescimento do custo de frete em 7,90%, se deve ao aumento dos combustíveis, e , implementação do frete mínimo, na situação anterior a empresa, poderia negociar fretes de retorno com preços melhores, com a implementação não é mais possível otimizar este custo.

(iii) Aumento de 15,39% em relação ao mesmo grupo de despesas, os custos cresceram em decorrência da manutenção da ampliação de estruturas.

25. Receitas e despesas financeiras

	2025	2024
Despesas financeiras		
Juros passivos (i)	(16.871)	(13.399)
Tarifas bancárias	(734)	(145)
Descontos concedidos - condicionais a prazo (ii)	(5.067)	(6.823)
Juros pagos a fornecedores	(620)	666
Perda na venda a clientes	(2.083)	(1.096)
Outros_DF	(483)	(124)
Total	(25.857)	(20.921)
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	645	429
Juros ativos	440	464
Outras receitas financeiras	286	-
Total	1.372	893
Variação cambial, líquida		
Variação cambial ativa	3.292	1.756
Variação cambial passiva	(1.514)	(6.179)
Total	1.778	(4.423)
Total	(22.707)	(24.451)

(i) Em 2025, os custos do serviço de dívida tiveram aumento em decorrência de novas captações.
(ii) Manutenção de política, de liquidação de recebíveis pelo recebimento a prazo antecipado, gerando desconto financeiro.

26. Instrumentos Financeiros

As operações realizadas pela Empresa através de instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme o quadro abaixo:

		31/12/2025	31/12/2024
	Nota	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	10.520	10.302
Contas a receber de clientes	9	79.209	69.567
Adiantamentos a fornecedores	12	14.272	11.679
Outras contas a receber	-	1.931	1.772
Passivos			
Fornecedores	16	(92.506)	(91.374)
Empréstimos e financiamentos	17	(100.381)	(66.877)
Total		(86.956)	(63.339)

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a:

- Caixa e equivalentes de caixa: incluem o caixa, os saldos disponíveis em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras;
- Contas a receber de clientes e fornecedores: decorrem diretamente de operações da Empresa, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas e ajustadas a valor presente;
- Outras contas a receber/outras contas a pagar: decorrem de operações relativas a despesas a realizar ou reembolsos a realizar que decorrem das operações da Empresa;
- Adiantamentos a fornecedores/ adiantamentos de clientes: decorrem de adiantamentos realizados/recebidos, captações de recursos com utilização de recebíveis como garantia e demais saldos ligados a operação da Empresa;
- Empréstimos e financiamentos: contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método de custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Gerenciamento de riscos

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. O gerenciamento, controle e gestão dos riscos são de responsabilidade das áreas de Tesouraria e Diretoria.
Identificado o risco, o responsável pela Tesouraria, precifica e atua de forma a zerar os possíveis impactos no resultado da Empresa. Os riscos são mensurados analisando as tendências de mercado e especialmente para as operações de importação e exportação de frutas, que sofrem variação da moeda.

A empresa demostra as seguintes exposições aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa, a cada um dos riscos supramencionados, descrevendo os objetivos, as práticas e os processos de mensuração e gerenciamento deles.

a. Risco de crédito

São administrados por normas específicas da Empresa, de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimentos de limites de exposição por cliente, tendo a sua carteira de clientes pulverizada.

O saldo a receber de clientes é devidamente verificado e efetuado o registro de perdas estimados em crédito de liquidação duvidosa, quando necessário, e/ou levados a perda efetiva encerrando toda fase negocial.

b. Risco de liquidez

A empresa opera com a perspectiva de sempre garantir que existirão recursos financeiros suficientes para liquidar seus compromissos no prazo, sem custos adicionais ou prejuízos a terceiros que venham a prejudicar a reputação da Empresa.

A seguir, estão demonstrados os vencimentos contratuais de ativos e passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

c. Risco de mercado

O risco de mercado decorrente da possibilidade de oscilações nos preços, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de produtos comercializados pela Empresa.

i. Riscos de oscilação de taxa de juros

O principal risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo com taxas variáveis, expondo a companhia ao risco de fluxo de caixa associado a taxa de juros. Durante o exercício findos em 2024 e 2023, os empréstimos e financiamentos da Empresa eram mantidos em Reais e em Dólar dos Estados Unidos.

A Tesouraria Corporativa, analisa a exposição à taxa dos juros por meio de simulações de diversos cenários e considera instrumentos de refinanciamentos, de renovações de posições existentes, de financiamento e de hedge.

Com base nesses cenários, a Empresa define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é utilizada a mesma mudança na taxa de juros, para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

ii. Risco da oscilação cambial

A Empresa esta exposta ao risco cambial decorrente de exposições e dólar dos Estados Unidos, principalmente e Euro.

A Diretoria estabeleceu uma política que exige que a Empresa, administre seu risco cambial em relação a moeda funcional.

O risco cambial ocorre quando as operações comerciais futuras, ativos ou passivos são registrados e mantidos em moeda diferente da funcional da entidade.

Os passivos expostos a moeda estrangeira, substancialmente em Dólares dos Estados Unidos da América, estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Fornecedores internacionais	26.731	33.059
Total	26.731	33.059

iii. Análise de sensibilidade

Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real contra todas as outras moedas em 31 de dezembro de 2025, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados baixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as tacas de juros, permanecem constantes e ignoram, qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

As simulações foram elaboradas para demonstrar apenas o impacto em possíveis cenários negativos às posições tomadas pela Empresa. Como cenários prováveis foram adotados as cotações e valores já reconhecidos contabilmente.

Para os cenários "possíveis" e "remotos", utilizamos uma variação U$$ entre 25% e 50 % caso das taxas cambiais, sendo que essas variações foram definidas com base no histórico de mercado e nas projeções realizadas pela Administração em relação às exposições assumidas. Abaixo, demostramos os reflexos financeiros das variações.

iv. Variações nas taxas cambiais (USD/EUR- mil)

				Mercado Atual	Possível		Remoto	
Posição	Saldo US$	Moeda	Risco	Cotação	Cotação	(Perda) Ganho	Cotação	(Perda) Ganho
Fornecedor	4.858	Dolar	Baixa do Câmbio	5,5024	4,1268	6.683	2,7512	13.365
Exposição líquida						6.683		13.365

27. Cobertura de seguros

São mantidos contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco, para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades que cobrem eventos em imóveis próprios e de terceiros passíveis de cobertura, sejam:

1– Estabelecimentos CNPJ 03.588.984/0004-04 e CNPJ 03.588.984/0001-61 - Rodovia PR280, km 215,3, Vitorino/Paraná;
2– Estabelecimento CNPJ 03.588.984/0005-95 - Rua Jose Luiz Maia, 330 D, Chapeco/Santa Catarina;
3– Estabelecimento CNPJ 03.588.984/0009-19 - R Ernani Inocencio De Medeiros, 350 - Lote 113 B1 - Santos Dumont - Cascavel - PR - 85804-601
4– Estabelecimento CNPJ 03.588.984/0017-03 – Rodovia PR 862,0 – KM 11,3, Contorno Norte - Ibiporã - PR – 86200-000.
5- Estabelecimento CNPJ 03.588.984/0010-52 Rodovia Francisco Wollinger, 3050 Bairro Jordão – Governador Ceslso Ramos – SC – 88190-000;
6- Estabelecimento CNPJ 03.588.984/0021 - Avenida Airton Senna Da Silva, Distrito Industrial – Cuiabá -MT – 78098-282;
7- Estabelecimento CNPJ 03.588.984/0022 - Rua A Rural, 0 – Área Rural – Lucas do Rio Verde -MT- 78647-899

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros contra riscos operacionais da Empresa possuía a seguinte composição: acidentes all risks, R$ 16.500; danos elétricos , R$ 2.500; eventos de crime, R$ 150; responsabilidade civil, R$ 550; e lucros cessantes, R$ 200.

Para o estabelecimento CNPJ 03.588.984/0019-90, a empresa contratou seguro a parte pelo risco da operação, sejam: explosão, fumaça e explosão de aeronave, R$ 12.000; contaminação e deterioração de mercadorias em ambientes frigorificados R$ 200; danos elétricos R$ 200; responsabilidade civil R$ 500; responsabilidade civil empregador R$ 500; vendaval, furacão, ciclone, tornado e queda de granizo R$ 1.000.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

28. Eventos subsequentes

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, a Administração não identificou a ocorrência de eventos subsequentes que demandem ajustes nas demonstrações apresentadas ou divulgações adicionais.